



MINISTÉRIO DA SAÚDE
SECRETARIA ESPECIAL DE SAÚDE INDÍGENA
DISTRITO SANITÁRIO ESPECIAL INDÍGENA POTIGUARA
SERVIÇO DE EDIFICAÇÕES E SANEAMENTO AMBIENTAL

**REFORMA E AMPLIAÇÃO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA – SAA
ALDEIA TRAMATAIA
MUNICÍPIO DE MARCAÇÃO-PB
DSEI POTIGUARA**

ANEXO VII - JUSTIFICATIVAS À COMPOSIÇÃO DO BDI

1. OBSERVAÇÕES GERAIS

Os valores percentuais abaixo discriminados foram obtidos com base na tabela contida no Acórdão 2622/2013 – TCU, item 9.2.1., que trata dos valores para **Construção de Redes de Abastecimento de Água, Coleta de Esgoto e Construções Correlatas**.

Desta forma, conforme estipulado no Acórdão, para o BDI de serviço 24,84% e não há BDI para fornecimento de material, tendo em vista que não há na planilha orçamentária itens que fornecem apenas o material.

2. ADMINISTRAÇÃO CENTRAL = 4,93%

A administração central de uma empresa de construção civil, em específico para obras de edificação, consiste em toda a estrutura necessária para execução de atividades específicas de direção geral da empresa como um todo, de forma que sejam alcançados os objetivos empresariais da construtora. O valor da taxa de administração central decorre do rateio das despesas administrativas do escritório central por todas as obras que a empresa esteja executando no período, variando de acordo com a complexidade e o prazo de cada obra, com a estrutura da empresa e efetivamente com a necessidade de utilização do escritório central pela obra, como por exemplo, nas áreas de suprimentos e financeiro.

3. TAXA DE SEGURO + GARANTIA(S+G) = 0,49% E TAXA DE RISCO = 1,39%

Sabe-se que nas atividades relacionadas com a construção civil existem os mais variados riscos, sejam para vida humana, equipamentos ou outros bens. Há ainda a possibilidade de se causar, involuntariamente, danos corporais e materiais a terceiros. Quanto à taxa para imprevistos, essa pode estar incluída no BDI, pois há imprevistos que não são cobertos pelo seguro. Consideram-se como imprevistos ou riscos os seguintes acontecimentos, dentre outros cuja ocorrência prejudica o andamento dos serviços e independe da atuação prévia do



executor da obra: fenômenos naturais (águas subterrâneas, ventos fortes, condições climáticas atípicas, etc); perdas de eficiência de mão-de-obra; perdas excessivas de material por quebras etc. Tendo em vista que a atividade em questão é uma reforma com ampliação, adotaremos o valor médio 0,49% para o seguro + garantia e 1,39 para imprevistos e riscos, de acordo com o o valor médio estipulado pelo acordo 2622/2013 do TCU.

4. DESPESAS FINANCEIRAS = 0,99%

Valor médio indicado no referido acordo.

5. IMPOSTOS = 6,65% (COFINS = 3,00%, PIS = 0,65%, ISS = 3,00% e CPRB=0,0%)

Contabilmente, como não há como enquadrar o PIS e a COFINS como custos de produção, já que não são gastos incorridos no processo de obtenção dos serviços/bens que estão sendo executados, considera-se que se trata de despesas indiretas. A alíquota de ISS para o município de Marcação na construção civil é de 3% sobre o valor da mão de obra. Desta forma, aplicando-se a alíquota ao valor da mão de obra da planilha orçamentária, o valor a ser considerado é de 3,00%. Também, em virtude da não desoneração, não foi incluído o índice de 4,5 % para o CPRB de acordo com a Lei 13.161/2015.

6. BONIFICAÇÃO OU HONORÁRIOS = 8,04%

Geralmente, considera-se coerente o valor de 8,04% para o lucro do empreendimento, visto que é um valor médio; essa é, inclusive, uma recomendação do TCU que coloca um intervalo entre 6,74% e 9,40% para bonificação e honorários. ALTOUNIAN (2007) define: “Benefício e lucro: é a parcela que contempla a remuneração do construtor, definida com base em valor percentual sobre o total dos custos diretos e despesas indiretas, excluídas aquelas referentes às parcelas tributárias. A taxa adotada como benefício deve ser entendida como uma provisão de onde será retirado o lucro do construtor, após desconto de todos os encargos decorrentes de inúmeras incertezas que podem ocorrer durante as obras, difíceis de serem mensuradas no seu conjunto.”

João Pessoa, 24 de outubro de 2025

Documento assinado digitalmente
gov.br STEPHANIE OLIVEIRA NINA ROCHA
Data: 28/10/2025 11:52:40-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Stéphanie Oliveira Nina Rocha
Engenheira Civil de Saúde Indígena
SESANI - DSEI Potiguará